RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

O processo em análise trata da “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTOS ELETRÔNICO A FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS E DE SERVIDORES POR MEIO DE ORDENS BANCÁRIAS – OBN” para atender as necessidades e fins institucionais desta Coordenadoria. Apesar da obrigatoriedade de licitar, instituída pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de nº 8.666/93, a legislação vigente elenca as possibilidades de Contratação Direta: dispensa e inexigibilidade.

A dispensa se origina da vontade legislativa, sendo o seu rol de possibilidades exposto de forma taxativa no Art. 24 da Lei 8.666/93. No caso em tela, a contratação direta se mostra conveniente para utilização dos de processamento de Ordens Bancárias – OBN.

Tendo em vista a necessidade fática amparada desta Coordenadoria em contratar o serviço, o preço para esse serviço ser o menor praticado no mercado pelo BANCO DO BRASIL SA, por estarmos subordinados à SEFIN, com relação à competência financeira, pois é o órgão responsável pelas contas do Tesouro, solicitamos assim, a contratação direta para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTOS ELETRÔNICO A FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS E DE SERVIDORES POR MEIO DE ORDENS BANCÁRIAS – OBN, devendo a Administração, em consonância com o interesse público e um bom juízo de conveniência, efetivar a contratação.

Belém, 24 de Janeiro de 2020.

MÁRIO AZEVEDO PINTO GUIMARÃES FILHO
COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-COMUS